DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A RESPONSABILIDADE DOS FUTUROS GOVERNANTES MUNICIPAIS

Ana Cláudia Strieder[1]
Mara Deluque[2]
Marise Schadeck[3]

RESUMO: Este artigo apresenta as primeiras definições sobre desenvolvimento sustentável e alguns pontos de vista sobre o seu significado. Destacam-se ainda os conceitos de política e gestão públicas associados à questão do desenvolvimento sustentável e o olhar dos candidatos às Prefeituras das cidades X e Y, a esse que é um dos principais desafios à qualidade de vida da população. O objetivo do estudo é analisar se os candidatos às prefeituras possuem em seu conjunto de propostas um plano de metas que estabeleça diretrizes voltadas para o meio ambiente e para a preservação dos recursos naturais. A metodologia utilizada é a pesquisa de campo, na qual foram analisados os folhetins e panfletos distribuídos por cada candidato e também, a pesquisa bibliográfica que focalizou conceitos e informações sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas. É importante reconhecer a necessidade de se construir um modelo econômico que gere, ao mesmo tempo, riqueza e bem-estar, simultaneamente à promoção da igualdade social e da preservação da natureza. Esse modelo deve utilizar os recursos naturais sem comprometer sua produção, explorando a natureza, sem destruí-la. Assim evidencia-se a relevância do Poder Executivo na mudança gradual da atual esfera social, que com suas propostas poderá ser capaz de promover, a partir da nova gestão, a implantação de práticas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Políticas públicas . População.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com os avanços tecnológicos resultantes da revolução industrial e o crescente aumento da população a atividade humana passou a causar mais impacto negativo ao meio ambiente, que por muito tempo foi visto como fonte infinita de recursos disponíveis para servir às necessidades do homem, que hoje passa a ser um grande problema mundial visto que os recursos naturais são limitados.

A sociedade extrai do meio ambiente os insumos necessários para a produção de alimentos e bens de consumo, porém, o processo produtivo retorna resíduos sólidos, efluentes líquidos e gases nocivos em grandes quantidades, gerando poluição ambiental e esgotamento dos recursos naturais. Além da questão produtiva outra grande preocupação é a volumosa camada da população que sofre com a pobreza e a exclusão social.

[1] Acadêmica de Administração- Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo- IESA-RS
[2] Acadêmica de Administração- Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo- IESA-RS
[3] Professora orientadora-IESA.

A escolha do tema justifica – se pelo recente interesse e preocupação da sociedade com o futuro das gerações e a disponibilidade de recursos naturais, visto que o uso desenfreado do meio ambiente vem acarretando diariamente no declínio da qualidade de vida e consequentemente com o fim de certos recursos considerados indispensáveis para a vida humana.

Diante de tais problemas a sociedade globalizada passa a exigir respostas e soluções a fim de minimizar ou eliminar os impactos de tais danos ao meio ambiente.

O objetivo do presente estudo é analisar as propostas dos futuros prefeitos a fim de identificar se os mesmos possuem ou não estratégias eficientes na luta pela preservação dos recursos naturais e o meio ambiente. É responsabilidade dos futuros gestores municipais criar propostas e soluções que modifiquem os quadros atuais da nossa sociedade e assim possibilitar melhoria na qualidade de vida. Cabe a gestão pública aliar ao seu plano de metas um projeto audacioso de preservação do meio ambiente e dos recursos naturais aliados à dignidade da pessoa humana e o bem-estar da coletividade.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O modelo vigente de desenvolvimento econômico vem gerando enormes desequilíbrios econômicos e sociais. Resumidamente, nunca houve tanto crescimento, riqueza e fartura ao lado de tanta miséria, degradação ambiental e poluição. Emerge neste cenário o termo desenvolvimento sustentável, no qual surgem diversos ideais vistos como uma maneira de equilibrar e dar continuidade a atividades essenciais à qualidade de vida humana.

A partir dessa base Romeiro (1999, p. 2-3) relata que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez,

> com o nome de ecodesenvolvimento, no início da década de 70. Foi uma resposta à polarização, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidário de duas visões sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente: de um lado, aqueles, genericamente classificados de possibilidades culturais (ou 'tecnocêntricos' radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, considerando o processo de crescimento econômico como uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quão irrelevante diante dos benefícios obtidos; de outro lado, aqueles outros, deterministas geográficos (ou 'eco-centricos' radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe. Mantidas as taxas observadas de expansão de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição).

Romeiro (1999) afirma ainda que é neste contexto que surge o ecodesenvolvimento como uma proposição conciliadora, que reconhece que o crescimento é relativo aos limites ambientais, porém não deve eliminá-los; e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para a erradicação da pobreza e das disparidades sociais.

Desta forma é necessário a intervenção e o direcionamento do desenvolvimento econômico para conciliar a eficiência econômica, as necessidades sociais e a conservação ecológica.

1.1 Discussões sobre o desenvolvimento sustentável

As primeiras discussões sobre ecodesenvolvimento foram esboçadas pelo Clube de Roma, organização formada em 1968 por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei, com o objetivo de examinar os problemas que desafiavam a humanidade: a pobreza em meio à riqueza; a degradação do meio ambiente; a perda de confiança nas instituições; o crescimento urbano descontrolado; a insegurança no emprego; a alienação da juventude; a rejeição de valores tradicionais e a inflação e outras rupturas econômicas e monetárias. Os membros do clube pressupunham que era possível entender o mundo como um sistema e analisá-lo como um todo (visão sistêmica) (KRÜGER, 2001).

Krüger (2001) destaca que o Clube era formado por cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, com o objetivo de debater a crise atual e futura da humanidade.

O resultado dos encontros do Clube foi um relatório publicado pela primeira vez em 1972, *The limits togrowth* ("Os limites do crescimento"), que defendia a necessidade de se conquistar um equilíbrio global baseado em limites ao crescimento da população, no desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e em uma atenção aos problemas ambientais.

O relatório causou enorme impacto entre a comunidade científica, por apresentar cenários catastróficos de como seria o planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época. A partir daí, outros relatórios alertavam com freqüência para a necessidade de se mudar o padrão de desenvolvimento vigente (MARGOLIN, 1998).

Desse modo Ferreira relata que o "ecodesenvolvimento pode ser visto como uma perspectiva sistêmica de análise e intervenção, aberta à harmonização dos aspectos simultaneamente ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos da dinâmica dos sistemas sociais" (2003, p. 35).

Em 1987 emerge o conceito de desenvolvimento sustentável na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (criada em 1983), dirigido pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi produzido sob o patrocínio da ONU – Organização das Nações Unidas, o relatório *Our common future* ("Nosso futuro comum" também conhecido como Relatório de Brundtland), em que são detalhados os desafios e os esforços comuns, incluindo a administração de áreas como: paz, segurança, desenvolvimento e o meio ambiente; propostas de mudança institucional e legal. Constitui-se em um trabalho que tinha por objetivos:

> [...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental ; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo para ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIOAMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. xi).

A Conferência de Estocolmo foi designada na época como "abordagem do ecodesenvolvimento" e, posteriormente, renomeado "desenvolvimento sustentável" (SACHS, 1993). Apesar da significativa similaridade de desenvolvimento sustentável com os preceitos do ecodesenvolvimento, destaca-se uma diferença:

Oliveira Filho orienta no sentido que o

> [...] fator diferenciador entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável reside a favor deste último quanto à sua dimensão, globalizante,tanto desde o lado do questionamento dos problemas ambientais como a ótica das reações e soluções que formuladas pela sociedade. Ele não se refere especificamente ao problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para sociedade que deve levar em conta tanto à viabilidade econômica quanto a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de que a sustentabilidade leva à necessária redefinição das relações sociedades humanas/natureza, portanto uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para ação. (2004, p. 8).

No vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, em junho de1992, foi realizada no Rio de Janeiro a conferência mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Eco 92 ou Rio 92. Esta acabou considerada como marco global das

discussões sobre o assunto, pois teve a participação de representantes governamentais de todo o mundo. Seus principais resultados foram dois grandes documentos: A Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21.

> A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A Declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento, começa a existir de maneira globalizada uma preocupação no que diz respeito à Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável tanto por parte das entidades governamentais das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global. (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 6).

A Agenda 21 trata-se de um documento contendo uma série de compromissos acordados pelos 170 países presentes, que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios do desenvolvimento sustentável.

No ano de 2002, aconteceu em Johanesburgo, na África do Sul, a maior conferência mundial sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+10, nesse encontro foi elaborado um documento chamado Protocolo de Kioto onde se firma um compromisso em que países com maior nível de industrialização, consequentemente maiores utilizadores de recursos naturais geradores de resíduos poluentes devem ser tributados e responsabilizados de maneira maior no que diz respeito às responsabilidades da não preservação do planeta para gerações futuras.

Num esforço gigantesco de compreensão e de síntese, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, conseguiu encontrar um caminho ao dizer que o Desenvolvimento Sustentável tem uma base formada por três pilares - o econômico, o social e o ambiental (*triple-bottom line*) - e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza (OLIVEIRA FILHO, 2004).

2 CONCEITOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com o documento Nosso Futuro Comum (Relatório de Brundtland), desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas necessidades.

No sentido do desenvolvimento sustentável, Philippi (2001, p. 303) levanta dois pontos chaves:

> O conceito das necessidades faz com que as necessidades dos pobres recebam maior prioridade, e a noção dos limites que existem da tecnologia e da organização social imposta ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Ou seja, se por um lado o desenvolvimento sustentável tenta priorizar os mais pobres, por outro lado há limites ao que diz respeito ao meio ambiente, o que faz com que as necessidades não sejam supridas. É o que se pode perceber sob a visão econômica, que é a de atender demandas e não as necessidades, fazendo surgir o caráter frágil do conceito.

Philippi (2001, p. 304) chama a atenção para o fato de que para:

> Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

O conceito desenvolvimento sustentável suporta diversos significados, pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias românticas; tudo nele parece pertencer. O que abrange ainda a satisfação das necessidades do presente, o atendimento das necessidades dos pobres e a manutenção da capacidade das gerações futuras em satisfazer suas necessidades.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É a forma de crescimento e desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente e seus recursos.

O crescimento global é o grande desafio para se construir um desenvolvimento sustentável, que valorize os recursos naturais e humanos, visando à melhoria da qualidade de vida e a consolidação de uma sociedade sustentável capaz de superar os problemas atuais e utilizar as potencialidades existentes no país.

A primeira etapa para conquistar o desenvolvimento sustentável é reconhecer que os recursos naturais são finitos. Utilizar os bens naturais com maior critério e planejamento, e, a partir daí, traçar um novo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.

Para se legitimar o desenvolvimento sustentável é preciso que se tomem uma série de decisões para inúmeros problemas, além de estabelecer mudanças, como exemplifica Mininni-Medina (2001):

- Agricultura sustentável: transformações no modelo de desenvolvimento e nas políticas de ocupação do solo, de produção, de novos modelos e prioridades para comercialização e investimentos em crédito rural;

- Sustentabilidade nas cidades: transformar os espaços urbanos em lugares adequados para o desenvolvimento das atividades humanas, com boas condições de moradia, de transporte e lazer, entre muitas outras;

-Infraestrutura sustentável**:** transformar a matriz energética brasileira eficiente e não desperdiçadora, investir também na aplicação de novos recursos e tecnologias para a geração de energias limpas e alternativas;

- Redução de desigualdades**:** diminuição da pobreza extrema, acesso aos recursos(inclusão social), diminuição do consumo desenfreado das camadas privilegiadas, são as condições básicas para a construção de um desenvolvimento sustentável;

-Ciência e tecnologia: o desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental exige fortes investimentos na ciência e na tecnologia, para tanto se necessita de mais investimento em educação e pesquisa.

Para Carvalho e Viana (1998) o desenvolvimento sustentável apresenta três grandes dimensões principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, sucintamente o desenvolvimento sustentável equaliza as dimensões econômica, social e ambiental.

O autor continua afirmando que o estabelecimento de uma civilização na qual ocorra uma distribuição mais equitativa das riquezas é o principal objetivo da sustentabilidade social. Uma melhor alocação dos recursos e uma melhor gestão possibilitariam a sustentabilidade econômica. O equilíbrio social é visto como medida da eficiência econômica, e não a lucratividade empresarial. A sustentabilidade ambiental seria alavancada pela limitação no uso dos recursos esgotáveis e sua substituição pelos renováveis, pela limitação no consumo, pela geração de tecnologias limpas, além da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental (CARVALHO E VIANA, 1998).

> Há uma inequívoca sinalização, para políticos, empresários, profissionais, ativistas e para a população em geral, de que só haverá desenvolvimentos sólidos, permanentes e sustentáveis se os três pilares puderem ser articulados, tornando-se interdependentes. Superar a velha tradição do trabalho isolado, por segmentos, certamente não é tarefa das mais fáceis. Afinal, enquanto proliferam especialistas em meio ambiente formando um campo próprio de interesses ecologistas de variados matizes esforçaram-se por criar uma não muito nítida onda verde de proteção, economistas continuaram ditando as cartas na política como se tudo dependesse do PIB e da taxa de inflação e defensores do social permaneceram restritos a suas especialidades (saúde, educação, nutrição,previdência, etc.). Avançamos bastante nas áreas específicas, mas pouco fizemos para que elas se tornassem mais solidárias. É frequente ver os especialistas acusando-se mutuamente, quando deveriam concentrar seus esforços no encontro e no estímulo de ponto que possam levar a um relacionamento crescente (ASSAD; ALMEIDA, 2002, p 64).

A harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos (aos quais se associam cultura, ecologia, território, política nacional e internacional) é postulada pelo ecodesenvolvimento e referenciada por Sachs (2000).

O desenvolvimento sustentável não deve ser visto como uma revolução, ou seja, uma medida brusca que exige rápida adaptação e sim uma medida evolutiva, a fim de proporcionar melhoria na qualidade de vida para todos os seres humanos, que progrida de forma mais lenta visando integrar o progresso ao meio ambiente para que se consiga uma parceria: desenvolver sem degradar.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Estado tornou-se um fator político imprescindível a partir do momento em que o ser humano sentiu a necessidade de ter um nível mais sofisticado de organização. De maneira geral, diz-se que a finalidade do estado em determinada sociedade é promover condições que possam favorecer o desenvolvimento humano, o bem comum do povo.

Em uma análise histórica do papel do Estado percebe-se que o mesmo nem sempre esteve postado para praticar o bem, e, em inúmeras vezes contribuiu para que o desenvolvimento da sociedade ocorresse de maneira desigual, colaborando para que a riqueza ficasse concentrada em determinados segmentos sociais em detrimento da expansão da pobreza para um contingente significativo de seres humanos.

Assim, a formação do Estado e a efetivação das políticas públicas são influenciadas por uma série de elementos, que incluem condições estruturais de dimensão econômica, social, histórica e cultural. Desta forma, o Estado não pode ser visto como um fator neutro do jogo econômico e social, pelo contrário, o Estado é um agente político que intervém na forma da organização da vida social.

Várias foram às características discutidas em relação ao Estado. Por momentos o Estado foi visto como mínimo, em que tinha como obrigação garantir paz e segurança à população, em outros momentos defendeu-se uma política de Estado forte, em que o mesmo pudesse intervir na economia e na vida social, ou ainda o Estado como regulamentador da política, da economia e da sociedade em geral, em que houvesse uma parceria entre as organizações da sociedade civil e as empresas privadas.

Na sociedade contemporânea, o desafio dos gestores públicos é construir políticas que possam compatibilizar crescimento econômico, promoção social e a sustentabilidade ambiental aliados com a questão democrática e a melhoria na qualidade de vida.

De acordo com o portal Ambiente Brasil (2008), qualidade de vida é o:

> Resultado da máxima disponibilidade da infraestrutura social pública para atuar em benefício do bem comum (condições gerais de habitação, saúde, educação, cultura, alimentação, lazer, etc) e para manter o meio adequado à reprodução e desenvolvimento da sociedade, respeitando a capacidade de reposição dos recursos naturais; meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida; nesse caso não se refere ao nível de vida privado.

Qualidade de vida exige uma série de mudanças que abrem discussões acerca das transformações sociais.

A conjugação destas dimensões contribui para avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A distribuição equitativa da renda e riqueza com um nível elevado de qualidade de vida num ambiente saudável pode resultar no que as Nações Unidas denominam desenvolvimento sustentável. Esta visão ampla do Estado atribui um novo sentido à gestão pública.

De acordo com a Biblioteca SEBRAE a gestão pública é um conjunto de ações e decisões dos governos, voltadas para a solução de problemas da sociedade. A gestão pública é a totalidade de ações, metas e planos que os governos (municipais, estaduais ou nacionais) traçam para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público.

Dessa maneira, para Teixeira (2002, p. 3) políticas públicas:

> [...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Ainda de acordo com a Biblioteca Sebrae cabe dizer que são os dirigentes públicos que selecionam suas prioridades (aquelas que atendem as demandas ou expectativas da sociedade) isto quer dizer, que o bem estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral, necessitando fazer solicitações a seus representantes.

É função do representante da população perceber, compreender e selecionar as diversas demandas, levando em consideração aquilo que é mais importante para a população e fornecer assim, respostas consistentes e ações eficazes.

O Brasil vem buscando, por meio de políticas públicas incentivar a criação de instrumentos que promovam o envolvimento de empresas e da sociedade no trabalho de constituição de um sistema sustentável**,** principalmente do ponto de vista das mudanças de atitude. Muito disso é resultado das necessidades indicadas pela iniciativa privada.

Um exemplo de medida eficiente é transformar em regras as boas práticas empresariais, nas suas mais diversas áreas– seja no modo de produção, seja na substituição de recursos naturais, consolidando-as como padrão geral. Os meios que podem ser utilizados para transformar boas práticas em normas são: a regulamentação pública e a autorregulação setorial, muitas vezes utilizadas conjuntamente.

Nesse contexto, a indução de políticas públicas utilizaria as organizações já comprometidas com pelo menos parte das mudanças necessárias como apoio ao engajamento do mercado em que estão inseridas, provocando ações estruturais que resultariam em alterações relevantes nos perfis da produção, do consumo e da distribuição de renda. Levando em consideração um objetivo mais abrangente, a adoção de políticas públicas representa ampliar o leque contributivo das ferramentas já criadas pelas próprias empresas para promover avanços concretos na implantação de uma nova economia, equilibrando o patamar das práticas de Responsabilidade Social.

Percebe-se que os conceitos e definições de responsabilidade social evoluem juntamente com as sociedades, no sentido de corresponder às mudanças ocorridas no ambiente. As definições e conceitos de responsabilidade social são bastante complexas, dinâmicas e variadas.

Na visão de Borger (2001), elas podem estar associadas à ideia de responsabilidade legal; ou podem significar um comportamento socialmente responsável no sentido ético ou, ainda, podem transmitir a ideia de contribuição social voluntária e associação a uma causa específica.

Para Sour (1998, p. 294),

> a responsabilidade social deve ser entendida como orientação para os outros, fruto do interesse em jogo. Reflete tanto um sentido de realidade quanto um olhar para o futuro... A responsabilidade social, remete, em síntese, a constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno das empresas e a implantação de direitos sociais no âmbito externo.

Além disso, as políticas públicas devem prever que práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável**,** que já produzem algum resultado, devem ser identificadas e reconhecidas, de forma que o ciclo de investimentos e de desenvolvimento de ações positivas permaneça sempre em atividade.

A manutenção do processo de responsabilidade social e ambiental diminui a distância entre ricos e pobres gerando uma sociedade mais justa, igualitária, proporcionando melhor qualidade de vida a todos. A maior expressividade de causas como estas, deve contar com o apoio incondicional do setor privado e subsídio de todas as esferas governamentais, a fim de solucionar os problemas sociais e ambientais existentes nas mais diversas comunidades.

3.1 Estratégias políticas

Políticas são instrumentos fortes, são essenciais para governar e administrar. Existem vários níveis: o governo nacional, governos locais, empresas e instituições. Eles são tão indispensáveis que muitas vezes são esquecidos na busca de melhores formas para tentar cumprir os objectivos. Isso se aplica a muitas áreas da atividade humana.

Modernamente não há como pensar em política dissociada de ferramentas do marketing. Os processos eleitorais passaram a utilizar recursos mais sofisticados de planejamento e estratégias. “As campanhas contam hoje com profissionais capacitados para interpretar pesquisas, prever cenários e trabalhar as mensagens e a imagem do candidato, de tal forma que se consiga suprir as expectativas do eleitor” (BORGES, 2007).

> Isso mostra que não há evidencia que garanta a existência do conceito de marketing na política, pois prevalece o imediatismo da vitória nas urnas e não um planejamento consistente de longo prazo. Pela ótica das técnicas do marketing que se pratica no mercado, faz-se necessário buscar uma discussão sobre as diametralidades controvertidas do marketing eleitoral, avaliando seus reflexos a partir da agenda e plataforma política, passando pelas estratégias de persuasão e propaganda nas diversas mídias, bem como a predição e influencia da pesquisa. (BORGES, 2007).

Para Santos (2006), nas palavras de Borges (2007), são mudanças nos laços de representação política, assim o candidato objetiva o estabelecimento de uma relação que confira poder sob a égide da espetacularização e dos modos de mensagem.

Tanto as estratégias e políticas orientam os planos. Constituem a sua estrutura e base para o desenvolvimento de táticas e outras atividades administrativas. Pode-se dizer que estratégia é a determinação da finalidade ou de longo prazo da missão e objetivos do núcleo de uma empresa, e na tomada de recursos de ação e a alocação de recursos necessários para atingir essas metas. As políticas são afirmações gerais ou entendimentos que norteiam as ideias dos gestores na tomada de decisão. Assim, quanto mais claras puderem ser estas estratégias políticas, mais facilmente os objetivos serão alcançados e efetivamente os planos da organização serão implementados.

4 METODOLOGIA

A metodologia é compreendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2007). Afirma, ainda, que "a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sensibilidade)". Para a autora a metodologia ocupa lugar importante no interior das teorias e a elas se refere. A teoria e a metodologia caminham lado a lado no que diz respeito à abrangência de concepções teóricas. Sendo assim, necessita-se desses parâmetros para a produção de conhecimento, sem esquecer a criatividade do pesquisador.

Esta pesquisa é quantitativa e foi realizada através dos dados levantados nas entrevistas e planos de governos dos candidatos das cidades X e Y. Sendo possível avaliar o percentual de participação e proposição deles na execução dos Projetos de Responsabilidade Social em seus futuros governos, bem como a percepção deles quanto aos projetos sociais desenvolvidos. A pesquisa possibilitou também avaliar o conhecimento dos candidatos em relação aos projetos desenvolvidos e a motivação em participar da execução dos mesmos e se eles percebem suas propostas como socialmente responsáveis.

O estudo realizado contemplou entrevistar 5 candidatos à prefeitura das cidades X e Y. Os dados coletados foram analisados a partir dos principais conceitos e abordagens teóricas apresentadas no referencial bibliográfico da presente pesquisa.

Tratou-se de um estudo descritivo que pretendeu descrever determinado processo, determinada atividade ou determinada prática. A pesquisa procurou analisar e descrever as propostas dos candidatos às Prefeituras dos Municípios X e Y no que diz respeito à questão do Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente.

5 ANÁLISE DE DADOS

A partir dos conceitos apresentados, analisaram-se as propostas de campanha dos candidatos ao Poder Executivo dos municípios X e Y, localizados nas regiões Noroeste e Missões, respectivamente, interior do Estado do Rio Grande do Sul. Tal análise se refere às questões de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

No município X, foram registradas três candidaturas, que representam todos os partidos políticos do município, as quais serão denominadas de candidatos A, B e C.

O problema do meio ambiente hoje faz parte da pauta obrigatória da maior parte dos encontros mundiais e tornou-se uma preocupação crescente da maioria dos governos e instituições. As preocupações com o meio ambiente e a qualidade de vida assumem proporções cada vez maiores, em virtude dos efeitos provocados pelo homem na natureza.

O candidato A mostrou em seu conjunto de propostas, ações permanentes de preservação ao meio ambiente; revisão do sistema de coleta seletiva de lixo objetivando a redução de custos e a melhoria da qualidade de vida da população; criação de reservas ambientais urbanas e rurais nas quais ocorra a preservação da mata nativa e possibilite o replantio de outras espécies vegetais; criação de programas de proteção e preservação das nascentes, rios, riachos e arroios; realização de cercamento das áreas de preservação permanentes (APP) no perímetro urbano, e incentivo à regularização de agroindústrias e indústrias menos poluidoras.

De acordo com Nobre (2002) é possível alterar tendências de crescimento (das variáveis de estudo) e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro.

Entre as propostas do candidato do B podemos destacar o plantio de mais de 30.000 mudas de árvores, que possibilitarão uma melhoria na qualidade do ar respirado pela população; colocação de lixeiras públicas em mais pontos da cidade; realização de palestras em escolas com temas ambientais; realização de mutirões de limpeza; projeto biodiesel, que tem por objetivo recolher e transportar óleo caseiro já utilizado; tratamento de efluentes; ampliação da rede de esgotos; programa de coleta, transporte e destinação adequada dos resíduos; ampliação da rede pluvial e dos Ecopontos no município, e ainda, 50% da merenda escolar será adquirida diretamente dos agricultores familiares.

Não se pode dizer aonde o processo de sustentabilidade vai chegar, porém ainda falta um grande caminho a ser percorrido. É extremamente importante que existam mais pessoas comprometidas politicamente com esse tipo de execução, de análise, de criação de valores

sustentáveis, pois com a implementação do plano com todos os esses fatores reunidos, haverá maior possibilidade desse novo modelo de desenvolvimento dar certo.

Para Tachizawa (2002) a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa aos governos induzem a um novo posicionamento por parte dos governantes em face de tais questões.

Ainda para Kinlaw (1997) o aumento da conscientização ambiental é apenas o mais recente capítulo de uma conscientização maior que resultou na demanda pela qualidade total.

Em análise as propostas do candidato C, podemos verificar que o mesmo visa à criação de um grupo de apoio técnico aos agricultores com relação ao Novo Código Florestal.

Projetos de caráter sustentável, que não agridam o meio ambiente e a comunidade devem ser priorizados, e assim como as outras áreas atendidas pelo governo devem receber atenção especial. Investimentos éticos em projetos sustentáveis demonstram que os governos dão atenção adequada à sociedade e ao meio ambiente. (AMARAL, 2004).

No município de Y foram registradas duas candidaturas à prefeitura municipal, também representando todos os partidos políticos da cidade. Neste caso, denominaremos os candidatos de D e E.

O candidato D menciona em seu conjunto de propostas voltadas para o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente a fomentação e motivação de práticas que visem à produção agroecológica, com qualidade de vida e sustentabilidade; fortalecer e ampliar ações integradas de educação ambiental, envolvendo os diversos setores e instituições na mobilização da população; desenvolver projetos de arborização e ajardinamento na área rural; desenvolver atividades que envolvam a comunidade local afins na coleta, seleção e reciclagem do lixo, bem como realizar o recolhimento do lixo seco no interior do município; e ainda implantar a A3P –Agenda Ambiental na Administração Pública.

Os governos eficientes estão na dianteira do movimento rumo ao desenvolvimento sustentável, assim como as organizações é preciso conciliar sabiamente a questão homem x ambiente. As organizações que estão na liderança de uma nova geração de oportunidades criada na transição rumo ao desenvolvimento sustentável serão as mais bem sucedidas em termos de lucro e interesse de seus colaboradores, Kinlaw (1997), apud Business and the Environment (1992).

O candidato E por sua vez, apoia o reflorestamento de áreas pouco produtivas; incentivo da prefeitura às agroindústrias e licenciamento de projetos ambientais de impacto local, conforme determinação legal permitida pela municipalização.

Quanto mais informados se tornam os cidadãos, mais cuidarão para que a proteção ambiental e seus próprios interesses particulares estejam em completa harmonia. Cuidarão também de insistir com as empresas para que elas demonstrem sua capacidade de existir em harmonia com o meio ambiente. Cidadão informado significa cidadania despertada, e toda instituição pública ou privada acabará por se curvar à sua influencia (KINLAW, 1997).

A premissa inicial para trilhar um caminho de responsabilidade socioambiental é estabelecer a sustentabilidade como estratégia e desdobrar este valor para a gestão, os projetos, obras, fornecedores e demais partes envolvidas no sistema de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual vem se defrontando com diversos problemas típicos da sociedade pós-industrial, dentre eles a dificuldade de harmonizar o crescimento econômico com a proteção ao meio ambiente. Para se atingir um desenvolvimento sustentável, é preciso examinar as dimensões sociais, econômicas, ecológicas, e culturais – numa visão geral a fim de analisar as perspectivas que envolvem o desafio de atender às necessidades da sociedade de forma igualitária.

A preocupação com a degradação ambiental provocada pelo crescimento econômico desordenado deu origem ao termo "desenvolvimento sustentável", que surgiu com a preocupação de que a referida degradação está intimamente relacionada com a queda na qualidade de vida. Esta relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico tornou-se, então, motivo de preocupação mundial.

Constata-se nesse sentido, a necessidade da implementação de ações e políticas públicas e privadas visando o desenvolvimento sustentável em todo o planeta, através de uma série de medidas socioambientais.

É importante reconhecer a necessidade de se construir um modelo econômico que gere, ao mesmo tempo, riqueza e bem-estar, simultaneamente à promoção da igualdade social e da preservação da natureza. Esse modelo deve utilizar os recursos naturais sem comprometer sua produção, explorando a natureza, sem destruí-la. Afinal, os interesses econômicos e a preservação ambiental são fundamentais para a sociedade e devem conviver em harmonia para que haja um maior equilíbrio social.

Neste contexto podemos destacar a relevância do Poder Executivo na mudança gradual da atual esfera social, promovendo a partir da nova gestão a implantação de práticas de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Cabe a estes gestores públicos

desenvolver meios que possam senão solucionar, minimizar os principais problemas que envolvem a população e o meio ambiente, a fim de melhorar a qualidade de vida e garantir uma relação sadia entre ambiente e população, proporcionando recursos naturais às gerações atuais e futuras.

RESUMEN: Este artículo presenta las primeras definiciones del desarrollo sostenible y de algunos puntos de vista sobre su significado. Se destaca aun los conceptos de la política pública y la gestión asociada con la cuestión del desarrollo sostenible y la mirada de los candidatos a los municipios X y Y, este es uno de los principales retos para la calidad de vida. El objetivo del estudio es analizar si los candidatos poseen para las prefecturas en su conjunto de propuestas de un plan de objetivos que establecen orientaciones destinadas a la ambiente y la preservación de los recursos naturales. La metodología utilizada es la investigación de campo, en el que se analizaron las publicaciones seriadas y los folletos distribuidos por cada candidato y también la literatura que se centra en los conceptos y la información sobre el desarrollo sostenible y las políticas públicas. Es importante reconocer la necesidad de construir un modelo económico que se ejecuta al mismo tiempo, la riqueza y el bienestar, mientras que la promoción de la igualdad social y la preservación de la naturaleza. Este modelo debería utilizar los recursos naturales sin comprometer su producción, la exploración de la naturaleza, sin destruirla. Así, se evidencia la relevancia del Poder Ejecutivo en el cambio gradual de la esfera social actual, que con sus ofertas pueden ser capaces de promover desde la implementación de nuevas prácticas de gestión en la preservación del medio ambiente y la sostenibilidad.

Palabras Clave: desarrollo sostenible – políticas públicas – población

REFERÊNCIAS

ALTENFELDER, Ruy. Desenvolvimento sustentável. **Gazeta Mercantil**, 06 maio 2004.

AMARAL, Sergio Pinto. **Sustentabilidade ambiental, social e econômica nas empresas:** como entender, medir e relatar. São Paulo: Tocalino, 2004.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione**.** Agricultura e sustentabilidade:contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004.

BORGES, Admir. **Do Marketing ao Marketing Eleitoral e as Estratégias Políticas**. 2007. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/do_marketing_ao_marketing_eleitoral_e_as_estrategias_politicas.htm>. Acesso em: 31 ago. 2012.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social**: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo: USP, 2001. Tese. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. CIMA – Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Presidente Fernando Collor), Brasília: Cima, 1991.

CAMPEÃO, Patrícia. **Sistemas locais de produção agroindustrial**: um modelo de desenvolvimento. 2004. 207f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2004.

CARVALHO, O.; VIANA, O. Ecodesenvolvimento e equilíbrio ecológico: algumas considerações sobre o Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v. 29, n. 2, abr./jun. 1998.

CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Sustentabilidade Empresarial – 2004**. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-rse.asp>. Acesso em: 31 ago. 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, 2003.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Formação técnica para o ecodesenvolvimento**: uma avaliação do ensino técnico agrícola em Santa Catarina no período 1992-2002. 2003. 112 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociedade e Meio Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt**.** Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, 2007. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

ICN, Instituto da Conservação da Natureza. REN, Rede Eléctra Nacional. **Em linha com o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ren.pt/content/9AAB0A1E405C461B92DEA7A4BA5AA80.PDF>. Acesso em: 31 ago. 2012

KINLAW, Dennis C. **Empresa competitiva e ecológica**: desempenho sustentado na era ambiental. Tradução Lenke Peres Alves de Araújo. São Paulo: Makron Books, 1997.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade rumo á pós-modernidade**: um futuro sustentável, responsável e transparente. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer>. Acesso em: 30 ago. 2012.

KRÜGER, Eduardo. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR/Curitiba, v. 4, p. 37-43, 2001. Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/selecao/2005/leituras/krueger2001.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARGOLIN, Victor. O design e a situação mundial. **Arcos – design, cultura material e visualidade.** Rio de Janeiro: UERJ/ESDI, 1998. , v. 1. Disponível em:<http://www.esdi.uerj.br/arcos/imagens/artigo_victor(40a49).pdf >. Acesso em: 31 ago. 2012.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas; Ed. Compacta, 2001.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MININNI-MEDINA, Naná. Documentos Nacionais de Educação Ambiental. In.: LEITE,Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Cursobásico à distância) Documentos e Legislação da Educação Ambiental. 2. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 5.

NOBRE, Marcos, AMAZONAS, Mauricio de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito**.** Brasília: Ibama, 2002.

OLIVEIRA FILHO, Jaime E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. **Rev. Teor. Pol. soc.Cidad.**, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://fbb.br/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2012.

PAULI, Jandir**. Gestão Municipal, políticas públicas e desenvolvimento**. Marcelino Pies. Passo Fundo: IMED, 2011.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. In.: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. **Educação Ambiental** (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 5.

ROMEIRO, Ademar R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional**: notas preliminares. Instituto de Economia – Textos para Discussão, Texto 68, 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>. Acesso em: 31 ago. 2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro,Garamond, 2000.

SANTOS, Célia M. R. G. et al. **Determinantes comunicacionais do marketing político/eleitoral.** São Paulo: Unesp, 2005.

SORJ, Bernardo. **Internet, espaço público e marketing político**. Disponível em: <www.bernardosorj.com>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SCHADECK, Marise, GOULART, César, SANTOS, Gilberto**.** Desenvolvimento sustentável: uma oportunidade de gerar qualidade de vida. **Revista de Administração,** Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Frederico Westphalen, v. 01, n. 1, nov. 2002.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. Ed. Cortez, 2001.

TEIXEIRA, E. C. Movimentos sociais urbanos em Salvador: um mapeamento. In: LUZ, Ana Maria Carvalho (Org.). **Quem faz Salvador?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.